

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJSP

POLÍCIA FEDERAL SERVIÇO DE COMPRAS - SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023/2023-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

PROCESSO Nº 08211.002309/2022-84 PREGÃO ELETRÔNICO POLÍCIA FEDERAL

SIG SAUER INC, empresa estrangeira com sede no endereço 72 Pease Boulevard, Newington, New Hampshire, Estados Unidos, *Zip Code* 09801, vem à presença de Vossa Senhoria, respeitosa e tempestivamente, por seu representante legal ao final assinado, formular **IMPUGNAÇÃO 03 AO EDITAL** do certame em referência, nos termos do seu item 24.1, pelas razões de fato e de direito adiante detalhadas.

I. AGRUPAMENTO INDEVIDO EM LOTE DE ARMAMENTO

1. A aglutinação ou o agrupamento de vários itens em LOTE (com competição única e preço global por lote) ensejará uma violação evidente ao princípio da igualdade, uma vez que restringirá de forma significativa o número de licitantes no certame, prejudicando significativamente os interesses da Administração.

2. No atual formato, as fabricantes de armas, apesar de terem acessórios compatíveis em sua linha de produção, são compelidas a comercializar produtos de terceiros. Isso ocorre devido à restrição imposta pelas especificações contidas no edital, que limita significativamente a diversidade de acessórios disponíveis.

3. Há empresas no mercado que fornecem um ou outro item, todavia, há um número mínimo pronto para fornecer o conjunto (armas e acessórios), agravado em especial pelo fato da inserção no conjunto de objetos que possam ser adquiridos separadamente, no caso, lunetas, nível bolha, identificador de inclinação, mount 34mm com especificação restrita.

4. Acessórios disponíveis no mercado que podem ser adquiridos de diversas fabricantes e revendedores que não fazem parte do segmento da indústria de armamentos. E aliás, não se pode impor, de forma coercitiva, a responsabilização do fabricante de armamentos pela venda em conjunto de um acessório de terceiros.

5. Por esse tipo de situação é que nos estudos técnicos preliminares se avalia, ainda na fase de planejamento da licitação, quais são os fabricantes ou ainda os distribuidores de armamentos e, também, dos outros itens, como os acessórios que sejam comprovadamente compatíveis com cada tipo de arma e isso pode ser verificado dentro de cada processo distinto.

6. O fato é que SIG SAUER, Barret, Accuracy International e Stery Arms, por exemplo, fabricantes de armamentos, não competem com empresas que tomam parte nos pregões de supressores, lanternas e lunetas, como a empresas fabricantes desses acessórios e equipamentos.

7. Como exemplo, de licitações e fornecedores de acessórios, podemos citar o Pregão Eletrônico SRP nº 45/2020, da Superintendência da Polícia Federal no Rio de

Janeiro

(http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=200356&modprp=5&numprp=452020) /
(<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/termoHom.asp?prgCod=896160&tipo=t>).

8. É evidente que não há informações indicando a realização de estudos técnicos que considerem essas diversas realidades. Além disso, observa-se que a limitação das descrições técnicas pode comprometer integralmente a licitação ao concentrar em um único fornecedor os fuzis com determinados acessórios. Isso se torna mais preocupante ao considerar que os itens em questão, como fuzil, luneta, bipé, nível bolha, entre outros, não podem ser numericamente vinculados em quantidades, evitando assim uma venda casada forçada.

9. Essa prática da venda em conjunto é particularmente problemática, dado que esses objetos apresentam demandas distintas na prática, influenciadas por seu uso, características de ciclo de vida e variações nos desgastes ao longo do tempo de operações. Além disso, são sujeitos a diferentes garantias, procedimentos de manutenção e necessidades de reposição.

10. Risco evidente de danos a serem sofridos no preço a pagar e na execução do contrato, pois em razão definição de especificidade de acessórios pode se acabar comprando fuzis de qualidade inferior (não se pode vincular algo maior, como os armamentos, por algo menor, como os acessórios). Cada item desses precisa de regras distintas para perfeita seleção, com a segurança necessária, mas sem vinculação.

11. A questão mais problemática reside no fato de que, mesmo sem intenção, as descrições estão claramente direcionadas a determinadas fabricantes.

12. Distintas empresas trabalham seus produtos compatíveis, mas em separado, porque são itens tecnicamente e comercialmente distintos, até com suas próprias necessidades de especificações, que não podem se sobrepor a prejudicar as compras dos armamentos.

13. Assim, pela diversidade de objetos será preciso reformular o edital e corrigir o problema da ilegal aglutinação ou agrupamento de tantos objetos distintos, porque tecnicamente, operacionalmente, comercialmente, são diferentes, sob pena de persistir a violação ao disposto no artigo 23, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, que estabelece como padrão que haja parcelamento do objeto da licitação, para ampliar a competitividade: “Art. 23 ... (...) § 1º As obras, serviços e *compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala*”.

14. Em razão dessa regra legal, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula 247 nos seguintes termos: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com

relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

15. Competitividade, portanto, depende disso, sendo que está evidente a solução que deve ser adotada, de dividir armamentos e acessórios em processos competitivos distintos, o que não trará prejuízo à Administração, mas diversas vantagens, uma vez que haveria uma maior concorrência para cada produto em separado (bastando exigir prova de compatibilidade de acessórios com as armas) e requisitos de cada um devem ser tratados com comprovações técnicas próprias.

16. A seleção da proposta mais vantajosa, objetivo do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, estará viabilizada e com segurança e competitividade, sendo de alertar que basta uma pequena desconformidade ou descrição errônea de especificação de algum dos acessórios que se tem inviabilidade do pregão inteiro de fuzis, o que é uma gravíssima constatação, sendo evidente que o agente público precisa considerar as consequências práticas de cada decisão a ser tomada, como assim determina o artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

17. Com profunda vênia, **não se pode colocar em risco uma licitação inteira de fuzis pela dependência de especificações técnicas de acessórios** que deveriam estar em discussão própria, em outro processo, repita-se, porque isso trará mais segurança na aquisição dos fuzis, mais competição para esse segmento de produto e o mesmo ocorrerá na disputa posterior de acessórios, com competição seguindo as especificações técnicas do que comprove compatibilidade com os armamentos.

18. Somente assim se terá proposta de maior vantajosidade de armamento e de acessórios, sem prejudicar o processo por inteiro pelos itens menores, os acessórios.

II. DO PEDIDO:

19. Por todo o exposto, requer seja a presente IMPUGNAÇÃO 03 conhecida e JULGADA PROCEDENTE, para que todas as alterações aqui pleiteadas sejam efetuadas no edital.

20. Requer-se, ainda, seja determinada a **republicação do Edital, com a adequação solicitada** e consequente reabertura dos prazos, nos termos do artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 22 de janeiro de 2024.

MARCELO SILVEIRA DA COSTA
SIG SAUER INC.
PROCURADOR E REPRESENTANTE NO BRASIL